

AVALIAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS - METODOLOGIA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH).

THEORETICAL EVOLUTION AND METODOLOGY OF THE INDEX OF HUMAN DEVELOPMENT.

EVOLUCIÓN TEÓRICA Y METODOLOGÍA DEL ÍNDICE DEL DESARROLLO HUMANO.

RESUMO: Neste estudo buscou-se avaliar como historicamente tem se dado a formulação dos diferentes indicadores sócio-econômicos. A construção de indicadores sociais surge nos anos 60 nos Estados Unidos, através de sistemas de informações que buscaram determinar os impactos da corrida aeroespacial na sociedade americana. No Brasil o tratamento de indicadores sociais teve impulso em meados dos anos 1970, voltado a análise e a avaliação das conseqüências sociais da política econômica prática pelos governos militares. É neste sentido que os indicadores sociais se tornaram um importante instrumento para os planejadores e tecnocratas. A preocupação com o desenvolvimento de um indicador que possibilitasse comparações entre os países do mundo, fez com que a ONU, através do PNUD, publicasse em 1990 o primeiro Informe do Desenvolvimento Humano.

Palavras-chave: Indicadores sociais; Relatórios do desenvolvimento humano; IDH.

ABSTRACT: In this study one searched to evaluate as historical if it has given the formularization of the different partner-economic pointers. The construction of social pointers appears in years 60 in the United States, through systems of information that they had searched to determine the impacts of the aerospace race in the American society. In Brazil the treatment of social pointers had impulse in middle of years 1970, come back the analysis and the evaluation of the social consequences of the practical economic policy for the military governments. It is in this direction that the social pointers if had become an important instrument for the planners and technocrats. The concern with the development of a pointer that made possible comparisons

between nations of the world, made with that the ONU, through the PNUD, published in 1990 the first one Informs of the Human Development.

Key-Words: Social Indications; Reports of the human development; IDH.

RESUMEN: En este estudio uno buscó para evaluar como en la história si ha dado el formulación de los diversos indicadores socioeconómicos. La construcción de indicadores sociales aparece en los años 60 en los Estados Unidos, a través de los sistemas de la información que habían buscado para determinar los impactos de la raza aeroespacial en la sociedad americana. En el Brasil que el tratamiento de indicadores sociales tenía impulso en el centro de los años 1970, que se vuelven el análisis y la evaluación de las consecuencias sociales de la política económica práctica para los gobiernos militares. Está en esta dirección que los indicadores sociales si está tenido hecho un instrumento importante para los planificadores y los tecnócratas. La preocupación con el desarrollo de un indicador que las comparaciones posibles hechas entre los países del mundo, hechos con ése el ONU, con el PNUD, **publicasse** (publicación) en 1990 primer informan el desarrollo humano.

Palabras-claves: Indicaciones sociales; Informes del desarrollo humano; IDH..

INTRODUÇÃO

Historicamente, o uso de indicadores sociais na formulação de políticas públicas se apresentou conforme (Seibel, 1997) da seguinte forma:

A idéia de desenvolvimento de indicadores sociais se desenvolve (sic) no bojo do estado do bem-estar com a finalidade de avaliar os esforços de prover uma base mais regional para o processo decisório empresarial e político e ainda o êxito alcançado com políticas sociais nos Estados Unidos nos anos 50. A construção de indicadores sociais surge nos anos

60 nos Estados Unidos, com a finalidade de avaliar os efeitos do programa aeroespacial. Pretendia-se, especificamente introduzir um sistema de informações que permitisse determinar os impactos da corrida espacial na sociedade americana. Outros estudos posteriores ressaltavam as dificuldades em mensurar e quantificar mudanças sócio-econômicas, a organização de uma "contabilidade social", e estudos sobre a qualidade de vida norte-americana. (SEIBEL, 1997: 25).

Porém, no Brasil o tratamento de indicadores sociais teve impulso em meados dos anos 1970 com a criação do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS), órgão de assessoramento a Presidência da República para questões sociais. De acordo com estudo publicado pela Sudene (1980)¹, a preocupação do governo era com a avaliação das conseqüências sociais da política econômica colocada em prática pelos governos militares. Com este objetivo, em 1975 foi criado o Sistema de Acompanhamento Social (SAC), que consolidava e articulava metodologias de acordo com as recomendações da ONU. Naquele momento, a produção de indicadores sociais torna-se atributo do IBGE.

A partir de então, os indicadores sociais tornaram-se um instrumento imprescindível para os planejadores e largamente utilizado pela tecnocracia, sendo mesmo confundidos com ela. Era o olhar do poder sobre a sociedade. Porém, as políticas formuladas pelos tecnocratas deste período não representaram, para a sociedade brasileira, mudanças importantes, pois os processos de urbanização acelerada em curso e o modelo de crescimento

¹ SEIBEL, E. J. 1997: p. 25, cita estudo realizado por MEDICI e AGUNE. **Desigualdades sociais e desenvolvimento no Brasil**: uma análise dos anos 80 ao nível regional. Ensaios FEE. Porto Alegre, (15) 2. p. 458-488. 1994.

econômico implantado aprofundaram de forma crescente, as chamadas disparidades sócio-espaciais intra-urbanas.

Dada esta condição histórica-política, vale ressaltar que na busca do desenvolvimento por uma via sustentada, a análise da qualidade de vida urbana, através da formulação de indicadores socioeconômicos e ambientais da população, tornou-se muito relevante, pois possibilitou indicar melhores condições de vida para todos no presente e para o futuro.

Isto se deve ao fato de que no Brasil de hoje está se formando uma nova cultura política, na qual tem ocorrido a contribuição da população na gestão dos recursos municipais, que vem mostrando como e onde podem melhor aplicados os recursos obtidos com os impostos pagos pela sociedade. Como exemplo disto tem-se, em algumas cidades brasileiras, a prática do “Orçamento Participativo”. Daí a premência, cada vez maior, de se investigar sob as formas quantitativa e qualitativa, os principais problemas que afetam o espaço urbano e a população nele residente. De acordo com (TOLEDO, 2002):

“[...] os indicadores são medidas que possibilitam avaliar as condições em que se encontra uma dada realidade, como por exemplo: índices de natalidade, mortalidade etc. Para a sociedade, um indicador é um dado que simplifica as informações e serve para avaliar o seu desempenho em relação a um conjunto de objetivos; para o governante, é mais um elemento para guiar o planejamento de serviços ou atividades em que indicadores são necessários como pontos de referências [...]” (TOLEDO, 2002: 02)

Desta forma, os indicadores de desenvolvimento socioeconômico vão desde as estatísticas, como aquelas relativas à expectativa de vida e à disponibilidade de atendimento das necessidades básicas ou, a medição do mínimo de bens e serviços necessários a uma vida digna, até os dados de mais difícil medição como aqueles relativos à qualidade ambiental e cultural e a satisfação espiritual.

Tornam-se necessárias, portanto, avaliações objetivas da gestão da qualidade de vida, que contribuam para o estabelecimento de prioridades e metas, permitindo não só a eficiência e a eficácia das administrações, como também o estabelecimento de critérios de cobrança por parte da sociedade local. Assim, ao priorizar a melhoria da qualidade de vida, pode-se esperar que ocorra um avanço na consolidação da democracia, transformando um simples usuário dos recursos ambientais, dos serviços e equipamento públicos em um cidadão. Por isto, a escolha de indicadores sociais básicos tornou, a partir da publicação do primeiro RDH, cada vez mais presente na vida das comunidades locais. Neste sentido, (Kayano, 1997) afirmou que:

Pensamos que os governos municipais podem desempenhar um papel fundamental para a melhora das condições de vida em suas cidades: estimulando um debate amplo sobre os seus problemas e a articulação dos diversos setores da sociedade local na busca de soluções inovadoras. (KAYANO, 1997: 11).

Nota-se, portanto, uma crescente demanda de dados geográficos, setoriais e sociais, os quais, em grau mais elevado, possam desagregar dados gerados por instituições oficiais como os do IBGE e, transformá-los em instrumento de participação dos diversos segmentos sociais que compõem uma comunidade. Surge daí, a importância, cada vez maior, da

construção dos chamados indicadores de desenvolvimento sócio-ambiental. Neste sentido, (Gonzáles, 1997) informou que:

Hoje, com a democratização de diversos países da América Latina acoplada a economia neoliberal e a imposição de um Estado (sic) mínimo, é cada vez mais urgente a elaboração de indicadores e relatórios sociais para que as comunidades tenham um instrumento para reivindicar seus direitos de cidadão. Os indicadores sociais locais, elaborados e utilizados pela comunidade, proporcionam o equilíbrio para corrigir a agregação excessiva, tornando um instrumento de luta e de conscientização para aprofundar o conhecimento das divergências entre a modernidade que faz avançar o grau de longevidade dos indivíduos, enquanto aumenta o fosso entre os incluídos e excluídos sociais. (GONZÁLES, 1997: 20).

O avanço das estatísticas sociais, a partir dos anos 1960 e 1970, é que permitiram a mensuração de novos tipos de preocupações relacionadas ao grau de diferenciação do desenvolvimento socioeconômico entre os países. Foram eles que possibilitaram também saber como se encontravam os habitantes de diferentes países em relação a absorção da riqueza, ou ao acesso a valores universais como: educação, saúde e condições adequadas de existência. Portanto, tão importante como o crescimento econômico em si, é a qualidade do crescimento. A preocupação das Nações Unidas, através do PNUD, com a questão da qualidade do crescimento resultou na publicação, em 1990, do primeiro Informe do Desenvolvimento Humano. Este informe não apenas procurou definir um conceito o mais adequado como, também, se preocupou em mensurar esse aspecto para distintas nações.

O uso do IDH como indicador do desenvolvimento humano

Com o objetivo de captar, de forma mais adequada, o nível da qualidade de vida de uma dada sociedade, foi que em 1990, a ONU², iniciou a utilização e a divulgação da fórmula elaborada por um grupo de estudiosos coordenados pelos conselheiros especiais, Mahbub ul Haq e Amartya Sen. A proposta visava medir o desenvolvimento humano através de três variáveis: expectativa de vida ao nascer, nível de instrução representado pelo índice de alfabetização dos adultos e pela média dos anos de estudo e a renda ou PIB “per capita”. Na proposta, todas essas três dimensões eram computadas com o mesmo peso, evidenciando que tinham exatamente a mesma importância para compor o IDH. Segundo os seus idealizadores, o objetivo do IDH era o de medir a qualidade de vida e o progresso humano em âmbito mundial, sintetizando as condições sociais, econômicas e ambientais em cada país. Neste aspecto há que se considerar o desafio representado pelos diferentes serviços estatísticos nacionais e os produtos por eles gerados.

As capacidades humanas (alternativas para o que as pessoas possam fazer ou ser no seu período de vida), consideradas básicas para o desenvolvimento humano foram sintetizadas do seguinte modo: viver uma vida longa e saudável; ter uma instrução capaz de transmitir conhecimentos básicos; ter acesso a recursos necessários para uma qualidade de vida decente; dispor da capacidade de participar na vida da comunidade. De acordo com os formuladores do IDH, sem estes meios, muitas escolhas pura e simplesmente não seriam possíveis e muitas oportunidades na vida permaneceriam inacessíveis.

Para captar como estas capacidades se comportavam em diferentes sociedades foi estabelecida uma escala de 0 a 1, onde zero ou próximo de zero representava um baixo nível de desenvolvimento humano, e 1, ou um número próximo de 1, representaria o melhor índice.

² ONU/PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano – 1990.

Para se construir o IDH, valores fixos – mínimos e máximos – foram estabelecidos para cada um dos três indicadores que o compunham: expectativa de vida ao nascer: 25 a 85 anos; alfabetização de adultos (com 15 anos de idade ou mais): 0% e 100%; matrículas combinadas nos três níveis de ensino: 0% a 100%; PIB “per capita” (medido em dólares internacionais da Paridade do Poder de Compra PPC\$): \$100 e \$40.000. Estes itens discrepantes foram trazidos para um denominador comum, medindo à distância entre os melhores e piores executores produzindo uma gradação de países. Com o objetivo de mostrar, de forma mais clara, a realidade sócio-econômica que se encontra inserida no índice sintético para cada país, o IDH tem sido desagregado por sexo, região e grupo étnico para os países cujas variáveis encontram-se disponíveis.

O princípio que norteia o IDH é o de que outras dimensões, além da econômica, devem ser computadas quando se afere o desenvolvimento de uma dada população. Isto tornou o IDH inovador em relação ao índice predominante que até então era o PIB “per capita”, que se fundamentava apenas na dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH é um indicador sintético simples e, portanto, calculado com baixo custo computacional, além de ser objetivo e, como o mencionado, prestando-se a comparações.

Por isto, o IDH representa um critério mais apropriado para se avaliar o (sub) desenvolvimento ou, melhor ainda, as condições de vida de uma dada população. Há, entretanto, que fazer uma consideração importante pois o IDH, como outras avaliações que se fazem das condições sócio-econômicas de um povo, sociedade ou país, tem por base o modo de vida ocidental. Assim, a divisão ou classificação dos países do mundo em desenvolvidos e subdesenvolvidos obedece a critérios ou regras ditados pelos países capitalistas desenvolvidos que, por sua vez, estão apoiados nos valores e costumes da sociedade de consumo. Isto, de uma certa maneira, torna evidente uma certa subjetividade da dimensão renda.

Neste sentido, o IDH surgiu num momento no qual, a preocupação em manter contas públicas equilibradas entre receitas e despesas, parecia ser uma prioridade internacional mais importante do que a preocupação pelas pessoas. Esta proposta surgiu, assim, com o objetivo de colocar as pessoas no centro do processo, em termos de debate de idéias, tomada de decisões econômicas e medidas a serem aplicadas.

No entanto, a criação e a disseminação do IDH despertaram uma consciência global de que muitos índices possíveis podiam ser considerados quando do cálculo do IDH, ou qualquer outro índice sobre a qualidade de vida, de modo a mostrar as complexas e múltiplas dimensões da condição humana. Em Relatórios divulgados, muitos indicadores adicionais têm realçado a condição humana no mundo, refletindo assim a sua complexidade. Segurança alimentar, proporção entre gastos militares e sociais, população sem acesso à água potável ou saneamento, hiatos entre o sexo masculino e feminino, incidência da AIDS, acesso a jornais e telefones, crimes relacionados com drogas e muitas outras variáveis concretas ajudam, portanto, a levar a discussão além do patamar usual.

O RDH, publicado pela 1ª vez pelo PNUD em 1990, visou apresentar uma visão global sobre a situação do “desenvolvimento humano”, que foi definido como: “o processo de ampliação da gama de opções e oportunidades que as pessoas devem ter para que sua dignidade seja assegurada”. Esta definição é baseada no enfoque de capacidades e necessidades elaboradas por Amartya Sen. Nas palavras do criador do IDH, Mahbub ul Haq, apud (LINDSAY-NANTON, 2002):

The basic purpose of the development is to increase the choices of the people. The people frequently make accomplishments that don't change immediately, in income or in growth forms: larger access to the knowledge, better nutrition and health, safer sustenances, safety against

crime and physical violence, leisure that satisfy unoccupied hours, political freedoms and cultural and participation sense in activities of the community. The objective of the development is to create an atmosphere to enable the people enjoy her/it for more time, healthy and creative lives. (MAHBUB ul HAQ apud LINDSAY-NANTON, 2002: 1).

Segundo o autor, este conceito se refere não somente às possibilidades de escolha que permitam uma maior renda, mas também, às oportunidades razoáveis para que as pessoas possam desenvolver seus potenciais e, de acordo com suas necessidades e interesses, ter qualidade em suas vidas.

Assim, o relatório inicial sustentava que o conceito de “desenvolvimento humano” se diferenciava de outros enfoques previamente existentes. Por exemplo, não compartilhava com as “teorias de capital humano” nas quais às pessoas são meios de produção e não objetivos finais. Também se diferenciava dos enfoques de bem-estar que consideravam as pessoas como beneficiários do desenvolvimento socioeconômico e não como participantes dele e que enfatizavam políticas distributivas a partir dos sistemas de produção. Adicionalmente, o conceito foi além do enfoque de necessidades básicas, já que este se encontrava centrado na provisão de bens básicos, mas não em termos das possibilidades de escolha.

Para avaliar o avanço das condições da vida humana, o documento utiliza duas vias principais. Por um lado, o cálculo do IDH permite comparar, através do tempo, a situação relativa dos países em três aspectos mais elementares do “desenvolvimento humano”. Por outro, o Relatório analisa, a cada ano, algum tema em particular, relacionado com o desenvolvimento humano. Este é um aspecto interessante que nos permite fazer analogia aos PNDs nacionais. Embora não representem estudos, mas sim oportunidades para tanto, em cada ano, além das

temáticas básicas que são emprego e a renda incluem, alternadamente, os temas da saúde, educação, moradia etc. Os temas do relatório são tratados, extensivamente, em diversos capítulos, apresentando a situação vigente e colocando propostas de ações para corrigir os problemas apontados.

É importante salientar que as mudanças da posição de um país na classificação do IDH de um ano para outro são sempre relacionadas tanto a sua própria performance nas três dimensões deste índice sintético – longevidade, educação e renda –, quanto também ao desempenho dos demais países nestas mesmas dimensões do desenvolvimento humano. Portanto, mesmo que um país melhore o valor de seu IDH, se outros melhorarem mais, este país poderá subir pouco no ranking, ou mesmo não subir. Esta é uma característica relevante que favorece a análise e a comparabilidade em diferentes escalas de análise.

Neste sentido, considerado o nível local, o IDH tem se mostrado um valioso instrumento para classificar os municípios desde os que apresentam as melhores condições de vida até aqueles que se encontram no “fundo do poço” econômico-social. Esta classificação tem também, possibilitada a adoção de políticas públicas seletivas, visando a melhoria das condições de vida das populações dos países detentores dos piores indicadores.

Porém, este instrumento para definir prioridades da ação pública, tem sido pouco utilizado em nosso país. Assim, em escala local (cidades), os indicadores de desenvolvimento humano, ao incorporarem outras variáveis além daquelas utilizadas na metodologia do PNUD, podem servir para conscientizar a população sobre as condições da qualidade de vida local, mostrando onde as condições sócio-ambientais podem ser consideradas como boas e, aquelas onde elas não o são. Neste sentido, os indicadores possibilitam definir prioridades em termos de ação coletiva. Adicionalmente, o Relatório de Desenvolvimento Humano contém uma vasta lista de indicadores em sua parte final. A parte o IDH e índices

derivados há dados desagregados para as principais dimensões do desenvolvimento humano segundo os países; por exemplo; perfis de saúde, educação, situação de trabalho, fluxos financeiros, distância Norte - Sul, situação das mulheres, etc, os quais são relevantes para o entendimento dos diferentes perfis.

Em sentido prático, desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) encomenda o Relatório do Desenvolvimento Humano a uma equipe independente de eminentes economistas e renomados cientistas sociais, para examinar os principais temas de interesse mundial. Porém, apesar da extensa difusão do Relatório, não são poucas as críticas que têm ocorrido, em sua principal premissa, o IDH, como em outros itens secundários. Assim, desde o seu lançamento em 1990, os RDHs têm se constituído em um dos instrumentos mais importantes para apoiar o diálogo político nos níveis nacional e internacional.

A cada ano, o Relatório tem focado sua atenção em algum aspecto particular do desenvolvimento humano. Com o intuito de realizar uma avaliação da situação mundial, propõe uma série de políticas gerais encaminhadas com o objetivo de solucionar os problemas encontrados. Muitas vezes, o tema tratado guarda relação com a criação de novos índices, cujos resultados apóiam as recomendações e conclusões formuladas, outras vezes não.

Na tabela 1 estão registradas, de forma resumida, as temáticas centrais de cada ano. Em seguida são apontadas as recomendações propostas, a partir do resumo que cada Relatório contém em seu início. Numa avaliação destas propostas, pode-se perceber que em algumas ocasiões, certas recomendações são desenvolvidas de forma breve e não trazem notas explicativas. Porém, estas recomendações são contempladas, parciais ou totalmente, nos grandes eixos temáticos e geralmente são apresentadas com mais detalhe em anos posteriores. Da mesma forma, pode ser notado que muitas conclusões e recomendações se repetem ao longo das distintas

versões dos Relatórios, o que de uma certa forma é natural uma vez que todos eles se referem ao mesmo tema central: o “desenvolvimento humano”.

Tabela 1 – Temáticas Centrais dos IDHs – 1990 a 2002

Ano	Temas Centrais	Índices apresentados
1990	Desenvolvimento Humano: O desenvolvimento humano tem mostrado um grande avanço nas últimas décadas e é possível avançar ainda mais com os recursos atuais	IDH
1991	Financiamento do Desenvolvimento Humano: O desenvolvimento humano pode ser financiado mediante uma reestruturação de pressupostos e uma ajuda internacional mais dirigida.	IDH, ILH, Desta y gen.
1992	Mercados Globais: O mercado não garante uma distribuição justa dos ganhos produtivos, Assim é necessário a integração com o Estado. Ainda, se requer um acordo global para o desenvolvimento humano, no qual ganhariam países pobres e ricos.	IDH, ILH, Desta y gen.
1993	Participação das Pessoas: O desenvolvimento deve estar centrado nas pessoas e estas devem ter acesso a uma participação ativa nas tomadas de decisões.	IDH, Desta y gen.
1994	Segurança Humana: A segurança deve ser um conceito centrado nas pessoas e nos Estados. Para isto, é necessário um desenvolvimento humano sustentável.	IDH, IDM*, IPM*
1995	Equidade entre os Gêneros: O desenvolvimento humano se reparte de maneira desigual entre homens e mulheres e isto prejudica o verdadeiro desenvolvimento..	IDH, IDG, IPG, IPC.
1996	Crescimento e Desenvolvimento Humano: O crescimento não implica necessariamente desenvolvimento humano, porém este último não pode se sustentar sem crescimento econômico.	IDH, IDG, PG, PH
1997	Pobreza Humana: A erradicação da pobreza em médio prazo não só é possível como é um imperativo moral. Atualmente se dispõe de recursos suficientes para alcançar este objetivo.	IDH, IDG, PG, IPH-1, IPH-2
1998	Consumo e Desenvolvimento Humano: O consumo a través do tempo contribui para o desenvolvimento humano. É necessário mudar o padrão atual de consumo, de maneira que este seja sustentável, socialmente responsável e contribua para desenvolver as capacidades.	IDH, IDG, IPG, IPH-1, IPH-2
1999	Globalização: A globalização representa uma grande oportunidade de avanço para o desenvolvimento humano, porém ocorre o perigo de ser mal encaminhada.	IDH, IDG, IPG, IPH-1, IPH-2
2000	Direitos Humanos: Apesar do avanço dos direitos humanos em décadas recentes, ainda existe muito para se fazer nessa área. O desenvolvimento humano é fundamental nesta tarefa.	IDH, IDG, IPG, IPH-1, IPH-2
2001	Colocar o Desenvolvimento Tecnológico a Serviço do Desenvolvimento Humano: A era das redes pode ampliar os meios de ação das pessoas, possibilitando que utilizem os conhecimentos coletivos existentes no mundo.	IDH, IAT.
2002	Avançar a democracia num mundo fragmentado: Trata-se, da maneira pelas quais as forças políticas, as instituições formais e informais, nacionais e internacionais, se configuram conforme o progresso humano.	IDH, IOG.

Obs: as siglas utilizadas correspondem a: “IDH” = Índice do Desenvolvimento Humano, “ILH” Índice de Liberdade Humana, “IDM” = Índice de Desenvolvimento da Mulher, “IPM” = Índice da Potenciação da Mulher, “IDG” = Índice de Desenvolvimento do Gênero (igual a IDM), “IPG” = Índice de Potenciação do Gênero (igual a IPM), “IPC”, = Índice de Pobreza de Capacidade, “IPH” = Índice de Pobreza Humana. “Desta “y” gen” se referem a aplicações do IDH que levam em conta a distribuição da renda e a iniquidade entre gêneros, respectivamente, porem não constituem Índices independentes.

Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano. ONU. Org. Edir de P. Bueno.

Com o objetivo de mostrar uma avaliação mais detalhada, porém, não conclusiva, dos Relatórios apresentados pelo PNUD, desde 1990, apresenta-se a seguir, um resumo das principais características desenvolvidas nos IDHs e as diferentes temáticas abordadas entre 1990 e 2002. Na segunda parte deste sub-capítulo, mostra-se também, algumas das críticas mais importantes que a ele têm sido feitas por diversos estudiosos da questão.

Lançado em Londres, em 24 de maio de 1990, o relatório denominado de Desenvolvimento Humano chamou a atenção para algumas das preocupações decorrentes da relação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano. Neste sentido, buscou desafiar aspectos da sabedoria convencional, clareando antigos mitos, tendo chegado a importantes conclusões de política que tiveram implicações significativas para as estratégias de desenvolvimento socioeconômico para a década que então se iniciava.

Por ser este o primeiro dos RDHs, nele se encontram as bases teóricas sobre as quais se sustentaram as versões posteriores. Nele, o conceito de desenvolvimento humano não só abarca a formação de “capacidades” mediante melhorias na saúde e no conhecimento, como também as formas pelas quais as pessoas usam suas capacidades nos ambientes em que se desenvolvem. O Relatório apresenta conclusões baseadas nos resultados do IDH, objetivando prover marcos de ação que encaminhem os esforços no sentido de se ter melhores condições de vida para as pessoas.

O segundo Relatório, lançado em Washington, DC, em maio de 1991, denominado: Financiar o Desenvolvimento Humano trouxe importantes considerações a respeito da reestruturação de orçamentos nacionais, mostrando que eles tinham recursos suficientes para financiar serviços sociais básicos para todas as pessoas. Segundo o Relatório, era a falta de coragem política para tomar decisões difíceis, mais do que a insuficiência de recursos financeiros, o responsável pelo estado atual da negligência humana. Isto, porque existem vários exemplos de

recursos e oportunidades desperdiçadas tais como: aumento de gastos militares, empresas públicas ineficientes, fuga crescente de capitais e corrupção extensiva. Neste sentido, se prioridades fossem redefinidas, grande parte dos orçamentos nacionais, poderia passar a acomodar maior dispêndio com o desenvolvimento humano. De acordo com o Relatório, US\$ 50 bilhões por ano poderiam ser alocados, nos países subdesenvolvidos, para atendimento de problemas humanos urgentes, somente com a mudança de padrões dos gastos governamentais.

Por isto, a tese central do Relatório de 1991 foi a de que era possível financiar o acesso as necessidades humanas básicas através da reestruturação dos pressupostos (rubricas nacionais) nacionais e da ajuda externa. Naquele ano passou-se a utilizar uma nova formulação do IDH. Novos cálculos são então elaborados a partir do índice como: a desagregação por gênero, a correção segundo distribuição de renda, e a comparação intertemporal do índice entre 1970 e 1985. Como novidade foi introduzido o Índice de Liberdade Humana (ILH), para complementar a informação que oferecia o IDH.

Em 1992 surge o 3º Relatório com a tese Mercados Globais, lançado em Estocolmo. Seu questionamento buscou o acesso equitativo às oportunidades de mercado que deveriam, se estender além das fronteiras nacionais, atingindo também o sistema global. Isto, porque o aumento acelerado das disparidades econômicas entre as pessoas mais ricas e mais pobres, cujos totais tinham dobrado nas últimas três décadas, estaria prestes a explodir. A renda do bilhão mais rico de pessoas era 150 vezes àquela do bilhão mais pobre, um fosso muito profundo e perigoso. Para examinar isto em perspectiva, o Relatório apontava que a disparidade de renda entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres no contexto interno das nações era, de longe menor - a renda dos cinco mais ricos era cinco vezes maior na Suécia, seis vezes maior na Alemanha, nove vezes maior nos Estados Unidos e, 32 vezes maior (a maior distorção) no Brasil.

Com o objetivo de avaliar estas distorções, o Relatório de 1992 centrou seu conteúdo na avaliação dos chamados mercados globais e em como estes conseguem satisfazer, ou não, as carências dos mais desprivilegiados. A idéia central era a de que o mercado, por si só, não garantia um resultado socialmente justo, razão pela qual era necessária a intervenção do Estado como regulador. Foi enfatizado ainda, que o mercado era, unicamente, um meio para fomentar o desenvolvimento humano e não um fim em si mesmo.

O Relatório salientava que os mercados globais não operavam livremente, devido à existência de barreiras tarifárias e não tarifárias e as restrições à imigração. Para isto, concluía que era necessária a adoção de políticas mundiais que criassem uma “rede” de seguridade para os pobres. Neste sentido, o Relatório criticava a ajuda internacional vigente a qual era considerada insuficiente, pouco eqüitativa em seu financiamento e mal distribuída entre os países beneficiários.

Este Relatório destacava ainda a importância de se projetar um “pacto mundial” cujo eixo central fossem as pessoas. Os objetivos deste acordo eram diferentes para os países industrializados e para aqueles em desenvolvimento. Para os primeiros, se deveriam cumprir metas como as de garantir educação básica, provisão de água potável e eliminação da desnutrição aguda até o ano de 2000. Também deveria criar oportunidades suficientes de trabalho e reduzir a pobreza em uns 50%, além de, significativamente, apressar o crescimento dos países. Os objetivos do segundo grupo de países seriam os de reduzir: a poluição, o tráfico de droga, as pressões de imigração e a ameaça nuclear. Os recursos que permitiriam financiar o acordo viriam do “dividendo da paz” (redução de despesas em armamento), que criaria um sistema reformado de ajuda oficial internacional, de renegociação de dívida e da abertura dos mercados globais. Para que este objetivo fosse alcançado a contento, o acordo requeriria um fortalecimento das instituições internacionais, incluindo as Nações Unidas, o Banco Mundial, o FMI e a OMC.

O RDH de 1993, lançado em Nova Déli e centrado na Participação das Pessoas, chamou a atenção para os caminhos que as pessoas, ao redor do mundo, estavam utilizando para se unir em torno de esforços comuns em participar, livremente, dos eventos e processos que moldavam suas vidas. Segundo consta do Relatório, estas forças, que não são reprimidas pelo tempo, nem tampouco pela tradição, não respeitavam limites geográficos ou fronteiras ideológicas, constituíam-se por isto, como as mensageiras de uma nova era de participação das pessoas.

A ênfase deste Relatório estava direcionada para a participação das pessoas nas “atividades e processos que tinham influência nas suas vidas”. A necessidade de participação pública alcançou dimensões importantes no mundo, as quais se manifestam, inclusive, acompanhadas de violência como nas guerras separatistas e conflitos étnicos, quando não são levados em conta na hora certa. Nesta perspectiva, o Relatório propunha a implantação de uma nova ordem mundial, que permitiria a participação das pessoas na tomada de decisões que envolvessem o destino de suas vidas.

Lançado em Copenhagen, o Relatório de 1994, Seguridade Humana, salientou os novos imperativos da segurança humana na era pós-guerra fria. O tema segurança foi interpretado como segurança das pessoas nos seus cotidianos; nas suas casas, nos seus empregos, nas suas ruas, nas suas comunidades e nos seus ambientes. Para tanto, muitas percepções a respeito desta questão necessitavam mudar. A segurança humana teria de ser vista como universal, global e indivisível. Neste sentido, o Relatório mencionava vários exemplos, sobre como a questão das drogas que matam vagarosamente; das doenças que viajam silenciosamente; das formas de poluição que percorrem o globo, dos atos de terrorismo sem sentido, que carregam uma etiqueta de origem, assim como ocorre com bens comercializados que estavam crescentemente presentes em diferentes países e regiões. Isto ajudaria a entender que as

preocupações acerca da segurança humana seriam hoje mais globais até mesmo do que o próprio comércio global. Por isto, o PNUD através do Relatório de 1994, faz menção ao seguinte quadro mundial:

[...] it should be recognized that the poverty cannot be contained in the limits of the national borders. Poor people can be impeded of if they move around, but no the tragic consequences of his/her poverty: drugs, AIDS, pollution and terrorism. Equally it should be recognized that it is easier, more human and less expensive to work with the new subjects of human safety eliminating their causes of what combating their effects. Did he/she make sense, in the last decade, to incur in the cost of US\$ 240 billion for the treatment of HIV/AIDS when the investment - same that of a smaller fraction of that amount - in basic cares of health and could education of family planning have avoided him/it ballasts so fast of that fatal disease? (RDH, 1994: 11).

Neste ano teve continuidade a idéia desenvolvida no Relatório anterior, especificamente, sobre a nova ordem mundial. São, portanto, aprofundadas a noção de “Segurança Humana” e a de sua correlação com o desenvolvimento humano. Este novo conceito teve por objetivo ressaltar que a segurança não tem que estar focalizada no aspecto territorial, quer dizer, não em uma defesa de fronteiras, mas sim no homem (os recursos naturais que um espaço geográfico possui deveria ser explorado de forma sustentada para permitir a elevação das condições de vida da população). Portanto, o gasto em armamento não colabora para se obter este tipo de segurança, uma vez que isto requeria um desenvolvimento humano sustentável.

As dimensões da “Segurança Humana” incluem muitas variáveis, tais como: segurança econômica (uma renda mínima garantida), de alimentos (acesso físico e econômico a alimentos), embora a existência de uma certa quantidade de comida disponível, não seja suficiente, sua oferta precisa ser estável, de saúde ambiental e pessoal que fossem caracterizadas pela ausência de guerras, da violência nas ruas e doméstica contra membros da família. Fazia parte deste elenco, a segurança comunitária e política para que as pessoas pudessem se expressar livremente e se fizessem ouvidas.

O tema central do Relatório de 1995³, Igualdade entre Gêneros, foi centrada nas disparidades existentes no desenvolvimento humano entre homens e mulheres. A conclusão principal foi a de que o verdadeiro desenvolvimento humano não é possível de ser alcançado, sem que os ganhos advindos das políticas e oportunidades não sejam extensivos para ambos os sexos. Neste sentido, dois novos índices foram elaborados visando medir a disparidade da situação diferencial existente entre os sexos, contemplando a participação política e econômica (IPG)⁴.

A partir das estimações do IDG, foi concluído que, em nenhum país as mulheres desfrutam das mesmas oportunidades que os homens (o IDG máximo foi de 0,92 para a Suécia). Adicionalmente, foi ponderado que a falta de relação entre renda e posição social, de acordo com o IDG, não era fundamental para eliminar as disparidades entre os sexos, porque não é necessário ter uma renda alta para que isto ocorra. O Relatório apontou que, embora ao longo dos anos, tenha sido observado um avanço na situação das mulheres, sobretudo na saúde e educação, o IPG mostra que as oportunidades são limitadas, até mesmo, na extensão econômica e política (só nove

³ A partir deste ano não se obteve os nomes das cidades em que os Relatórios foram lançados.

⁴ O nome original dos indicadores é Índice de Desenvolvimento da Mulher (IDM) e Índice de Potenciação da Mulher (IPM), mas a partir de 1996 foi modificado e passou a ser usada a palavra gênero.

países tinham IDGs maiores do que 0,6). Entre os maiores problemas, foi destacado a sub-valorização do trabalho feminino, assim como, a discriminação ante a lei.

O Relatório de 1996, com a temática, Crescimento e Desenvolvimento Humano, aprofunda o estudo da relação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano, já tratado, algumas vezes, em anos anteriores. Sobre esta relação foram destacadas duas conclusões principais: por um lado, o crescimento não necessariamente insinuava desenvolvimento humano, por outro, não se podia ter desenvolvimento humano sustentável em longo prazo sem o respectivo crescimento. Ambas as conclusões foram originadas de uma série de observações empíricas indicadas no Relatório. Embora alguns países tenham crescido de modo importante na última década, a grande maioria apresentou uma queda em suas rendas “per capita”, fato este agravado pela desigualdade crescente entre países ricos e pobres.

Este crescimento mal planejado mostrou ser compatível com desemprego, a desigualdade, a falta de democracia, perda cultural e a exploração excessiva de recursos. Adicionalmente, ele registra que foi observado um avanço no desenvolvimento humano mundial. Entretanto, este não tinha sido homogêneo, nem tão pouco sustentável, no caso dos países com pequeno crescimento. O crescimento sem criar emprego não contribui para o desenvolvimento humano e deve ser evitado. Possíveis estratégias para isto deveriam contemplar: o compromisso político específico para alcançar o pleno emprego; investir em educação, saúde e capacitação; fortalecer a pequena empresa e o setor informal; obter um acesso mais igualitário a terra como meio produtivo; fomentar a investigação e a criação de tecnologias de uso intensivo de mão-de-obra. No Relatório havia o destaque de que não só o desemprego ameaçava o desenvolvimento humano, mas também, a distribuição equitativa de renda, a ampliação das oportunidades de trabalho, o gasto social focalizado, as políticas de planificação demográfica, a sociedade civil participativa etc.,.

Pobreza Humana foi o tema do Relatório de 1997. Por isto, sua análise foi centrada na pobreza, numa perspectiva do desenvolvimento humano. Neste sentido, o termo não estava limitado a análise da renda insuficiente, mas se estendia a “negação de oportunidades para viver uma vida tolerável”. A premissa básica era a de que, como também havia se conseguido reduzir a pobreza drasticamente no século XX, eliminar a pobreza nas primeiras décadas de século XXI não só seria possível, mas era um imperativo moral. Porém, este quadro mundial tinha mostrado ser persistente, pois o PNUD, via Relatório do desenvolvimento humano de 1994, informou que:

The world, today if it is not poorer than never, it is unequaled and unjust. In agreement with the last report of PNUD on the human development (data of 1994), while parceled out her/it 20% richer it stops 86% of the world income, the 20% more poor are just with 1,1%. The poverty levels are present in all of the countries. evidently in very larger degree in the countries of the periphery of the system, and they affect 1/4 of the humanity today (the index of the human poverty considers the smaller life expectancy than 40 years. the adult illiteracy. children of until 5 years of age with weight inadequacy and access to services of health and drinking water). This portion of the humanity has his/her smaller “per capita” income than never. In Africa, the relative and absolute number of people in poverty situation increased in the decade of 90. But, even in the First World, 100 million people live in these conditions. The globalization and the neoliberal politics seem not only to be the solution, but they worsened the problem: of the 175 studied countries. 100 presented stagnation between 1980 and 1995: in the old Soviet Union and in the European

East, in general the situation worsened. (RDH, 1994: 12).

Ainda, de acordo com o Relatório, a erradicação da pobreza requereria somente 1% da renda global. Em coerência com a temática deste ano, o Relatório introduziu um novo indicador, o Índice de Pobreza Humana (IPH). Ele levava em conta as privações mais fundamentais tais como: a falta de educação básica e de acesso aos recursos naturais disponíveis. Desde que o IPH não mais utilizou a renda como indicador de privação, os resultados não coincidiram exatamente com aqueles índices que utilizavam 1 dólar diário como marco da linha de pobreza. Em todo caso, ambos os métodos mostram que mais de um terço da população mundial era pobre.

O tema central do Relatório de 1998, Consumo e Desenvolvimento Humano, estava centrado na relação entre o consumo e desenvolvimento humano. O consumo foi visto como algo que vinha aumentando de maneira significativa no último século, mas que nem sempre contribuía para melhorar a situação das pessoas. O Relatório indicava que a tendência observada até aquele momento não tinha porque representar o padrão de desenvolvimento socioeconômico no futuro e, que uma mudança no esquema presente de consumo seria necessário para fomentar o desenvolvimento humano. Em resumo, se requeria que o consumo englobasse quatro condições consideradas importantes: satisfazer as necessidades básicas de todos, desenvolver as capacidades humanas, ser socialmente responsável e, ser sustentável.

Como sabemos, um dos efeitos negativos do consumo é a destruição do meio ambiente. Neste sentido, o esgotamento de recursos não renováveis não representa um problema tão sério como o aumento de poluição e a deteriorização dos recursos renováveis. Neste aspecto é relevante destacar que estes danos não são sentidos só por aqueles que têm um nível alto de consumo mas, também, pelos mais pobres e, neste caso, de forma mais contundente. Destacava-

se também que o consumo atuava contra o desenvolvimento humano, já que o seu crescimento selvagem contribuía à exclusão, à pobreza e para a desigualdade além de induzir uma pressão social para se ter bens materiais, cada vez em maior escala. Adicionalmente, destacava que a ampliação do comércio internacional tinha, igualmente, contribuído para diminuir a proteção e a informação dos consumidores em relação aos bens que eles compravam.

Globalização com uma Face Humana, foi o tema central do Relatório de 1999. Conceito chave: a globalização constitui fonte importante para o entendimento da crescente interdependência entre os habitantes do planeta. Embora a globalização não fosse considerada como um fenômeno novo, o processo então existente, apresentava características diferentes (mercados interconectados em tempo real, novos meios de comunicação, organizações privadas com alcance internacional), onde a globalização podia representar uma grande possibilidade de avanço para o desenvolvimento humano, mas isto só seria possível se o processo fosse dirigido adequadamente. A globalização trouxe consigo ameaças e, o que é grave, previamente desconhecidas para as pessoas. Dentre outras, era possível mencionar a volatilidade financeira e a insegurança econômica e do trabalho e a crescente perda de identidade cultural.

Adicionalmente, nesta questão, surgira uma polarização marcada entre os que tinham acesso às telecomunicações e os que foram delas excluídos, por razões econômicas, tecnológicas ou pelo idioma. Também as organizações internacionais foram mostradas como controladas pelos países com mais recursos, excluindo a opinião dos países pobres e pequenos. Todas estas ameaças não poderiam ser evitadas se o processo fosse controlado exclusivamente pelas forças do mercado, o que poderia garantir eficiência, mas não equidade. Neste sentido, a finalidade do lucro tinha levado somente a criação de tecnologias novas em áreas lucrativas, sem procurar soluções para os problemas básicos de pobreza e deterioração ambiental.

No Relatório de 2000, Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano, a temática central gira ao redor dos direitos humanos. Segundo ele, estes se encontravam numa relação muito próxima ao desenvolvimento humano, posto que ambos são constituídos pelas liberdades básicas, que incluem o homem livre de discriminação, de carência econômica, de ameaças contra a segurança pessoal e de injustiça, como também as liberdades para desenvolver-se, para tomar decisões e expressar opiniões e ter um trabalho decente. Embora a segunda metade do século XX tenha sido caracterizada por um fortalecimento sem precedentes dos direitos humanos, inicialmente, eles tenham sido polarizados de acordo com interesses geopolíticos que opõem direitos econômicos aos civis, políticos e sociais. Havia, portanto, muitas barreiras para serem ultrapassadas, como demonstraram as estatísticas a este respeito, citadas no Relatório. Nele havia um destaque para o fato de que as questões originadas dos conflitos armados internos, o enfraquecimento institucional dos governos e a marginalização dos países pobres, comumente, acrescentam novas ameaças aos direitos humanos.

O tema do Relatório de 2001, Colocar o Desenvolvimento Tecnológico a Serviço do Desenvolvimento Humano, apresentou o Índice de Avanço Tecnológico (IAT), cujo objetivo era o de avaliar em que medida a sociedade de um país estava criando e difundindo tecnologia e construindo uma base mais sólida de conhecimentos humanos. Avaliava também, sua capacidade para tomar parte nas inovações tecnológicas na era das redes. Este índice composto serviu para medir os ganhos e não apenas as possibilidades, os esforços e as contribuições que o avanço técnico poderia trazer para a vida das pessoas.

A concepção do índice se referia a dois interesses particulares. Um primeiro, estava centrado nos indicadores que refletissem as preocupações de política em todos os países, independentemente do estágio tecnológico. Um segundo, que ele fosse de utilidade para os países

subdesenvolvidos. Por conseguinte, o índice deveria ser capaz de separar os países que se encontravam nos extremos mais baixos da escala.

O IAT se concentrava em quatro dimensões da capacidade tecnológica, considerados importantes para que uma dada sociedade viesse a colher os benefícios da era das redes. Os indicadores selecionados se referiam aos importantes objetivos de política tecnológica para todos os países, independentemente do nível de desenvolvimento socioeconômico alcançado. Dois indicadores utilizados na metodologia do índice, os telefones e a eletricidade, possuíam grande importância uma vez que, no mundo contemporâneo, todos necessitam usar tecnologias mais apropriadas ao mundo atual e por ser elas também, constituídas como ferramentas com presença considerável nas atividades humanas. Por causa disto, o acesso a estas chamadas ferramentas (importantes nas etapas posteriores do avanço tecnológico), foram expressas na forma de logaritmos, tendo como referência em seus níveis superior os países da OCDE. Assim, ao expressar a medida em logaritmos, se garantia que na medida em que aumentasse o nível, este contribuía menos para a formação do índice. Esta era a razão pela qual foi enfatizado que a Índia se centrasse na difusão da eletricidade e dos telefones para que todos os seus cidadãos pudessem participar da revolução tecnológica. Segundo as análises feitas, o Japão e a Suécia já haviam passado desta etapa.

No Relatório foram, também, destacados, os chamados “Conhecimentos Específicos”, considerados como indispensáveis. Isto porque um país precisava contar com uma massa crítica de conhecimentos especializados para garantir o dinamismo tecnológico do presente e no futuro. Tanto os criadores quanto os usuários das novas tecnologias necessitavam destes conhecimentos. A tecnologia exigia capacidade de adaptação, ou seja; conhecimentos para dominar a corrente constante de novas inovações. Esta capacidade partia da educação básica como necessária para desenvolver habilidades cognitivas e atitudes em ciências e na matemática.

Foram utilizados dois indicadores como referenciais para a reflexão sobre como os conhecimentos especializados, cada vez mais requeridos e importantes para criar e absorver as inovações, ou seja: a média de anos de escolaridade e a taxa bruta de escolaridade dos estudantes universitários matriculados em cursos de ciência, matemática e engenharia. Destacava-se ainda que seria conveniente incluir indicadores de formação profissional, quando não se dispusesse de outros dados.

O relatório de 2002, o último avaliado nesta pesquisa, *Avançar a Democracia num Mundo Fragmentado*, tratava da política e do desenvolvimento humano. Portanto, se referia às maneiras pelas quais as forças políticas, as instituições formais e informais, nacionais e internacionais, se configuravam conforme o progresso humano. Assim, requeria dos países, para que estes estabeleçam sistemas de governabilidade democrática, que viessem a promover o desenvolvimento humano dos seus povos, em um mundo em que muito autoritarismo ainda persistia. A política foi vista como algo importante para o desenvolvimento humano porque, em toda parte, povos querem ser livres para determinar seus futuros, expressar suas opiniões e participar das decisões que afetariam suas vidas. Estas capacidades são tão importantes para o desenvolvimento humano, como aquelas que propõem estender a escala das opções dos povos, bem como poder ler ou apreciar uma boa saúde.

No Relatório foi apontado que havia dois problemas que sempre se apresentaram como insolúveis. O primeiro deles foi o de sempre a pobreza ter sido vista sob a perspectiva da falta de renda. A fim de reduzir-se à metade o número de pessoas que subsistiam com menos de um dólar dos Estados Unidos ao dia, cálculos otimistas sugeriram que era preciso um crescimento anual de 3,7% da renda “per capita” destes países. Mas, nos 10 últimos anos, somente 24 países cresceram com esta taxa. Entre eles estão a China e a Índia, países com populações cada vez maiores. Não obstante, em 127 países, com 34% da população mundial, o

crescimento foi mais lento. Na verdade, muitos desses países tiveram um crescimento negativo nos últimos anos e, por isto, tinham aumentado a parcela de seus habitantes vivendo na pobreza. O segundo problema apontado pelo Relatório, foi a mortalidade infantil. Embora no ano 2000, comparadas com os índices de mortalidade em 1990, 85 países tenham conseguido avançar na redução da mortalidade de crianças menores de 5 anos em dois terços, outros 81 países, que contavam com mais de 60% da população mundial, estavam atrasados em seus objetivos de alcançar este propósito, o que somente ocorreria após o ano de 2015.

Esta perspectiva de resultados positivos e negativos mostrou um paradoxo perigoso. A expansão da democracia e da integração tecnológica das economias nacionais indicava que havia uma liberdade mais humana e mais possibilidades de melhorar a vida dos povos. Mas havia muitos países nos quais a liberdade parecia estar mais ameaçada. Em 106 países avaliados, as liberdades civis, tanto quanto as políticas, eram limitadas. Neste sentido, o Relatório aponta três questões importantes: 1) Democracia. O mundo de hoje é mais democrático do que em qualquer outro momento da história pois, mais de 140 países têm eleições multipartidárias (55% da população mundial); 2) Paz. O número de guerras entre países diminuiu consideravelmente. Na década de 1990, os conflitos entre países causaram a morte a 22.000 pessoas, quase dois terços menos do que na década de 1980. Não obstante, os conflitos civis são mais prejudiciais que nunca. Na década de 1990, perto de 3,6 milhões de pessoas morreram nas guerras dentro dos países, e o número de refugiados e de povos obrigados a se locomover internamente em seus países, aumentou em 50%. 3) Oportunidades. As novas tecnologias e o aumento da integração econômica estavam preparando o caminho para a existência de mercados autenticamente mundiais. Apesar da riqueza que ofereciam as novas oportunidades econômicas, 2.800 milhões de pessoas ainda subsistiam com menos de dois dólares ao dia. O 1% da população mais rica do mundo tinha uma renda anual equivalente ao total do que recebiam 57% dos mais

pobres da população do mundo. Como agravante, em muitas zonas do Sub-Sahara Africano, o padrão de vida da população mais pobre estava piorando.

O relatório considerava estas mudanças numa perspectiva favorável para o desenvolvimento humano. Registrava igualmente, que os países poderiam promover o desenvolvimento humano para todos, se contassem com sistemas de gerência pública que possibilitasse às pessoas participarem dos debates e das decisões que afetavam suas vidas. A promoção do desenvolvimento humano requeria uma governabilidade democrática, tanto de forma, quanto de conteúdo; para as pessoas e pelas pessoas.

A democracia que dá poder para os povos deveria ser construída internamente, pois não se podia importá-la. Em muitos países, um dos desafios essenciais para consolidar a democracia estava em construir instituições para uma governabilidade democrática. Neste sentido, o Relatório apresentava seis premissas básicas: 1) um sistema representativo, com partidos políticos que trabalhassem corretamente e associações baseadas em interesses comuns; 2) um sistema eleitoral que garantisse eleições livres e diretas, com o sufrágio universal; 3) um sistema de controles e de verificações baseados na separação dos poderes, com os poderes judiciário e legislativo independentes; 4) uma sociedade civil dinâmica, capaz de supervisionar o governo e as suas transações com a iniciativa privada e as alternativas de oferta para a participação política; 5) meios de informações livres e independentes; 6) um controle civil eficaz do exército e de outras forças da segurança.

Considerações finais

A proposta genérica do IDH e os seus diferentes perfis e objetivos geraram, no mundo todo, reações a favor e contra ele. Assim, a seguir, de forma concisa, passa-se a apresentar

aqueles estudos com conteúdos críticos sobre os IDHs, que foram considerados como os mais relevantes para este estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONZÁLEZ, R. R. La escala local del desarrollo: definición de aspectos teóricos. In: **Revista de Desenvolvimento Económico**, ano 1, n. 1, Salvador, nov. 1998.

KAYANO, J. Metodologia na construção de indicadores sociais. **Cidades saudáveis: questões metodológicas acerca da sua implementação**. p. 8-13, Março, 1997.

LINDSAY-NANTON, G. Human development: much more than an index. **Jamaica Observer**. Sunday, August, 18. 2002.

ONU – United Nations Development Program. 1990: Human Development Report. **Concept and measurement of human development**.

____ United Nations Development Program. 1991: Human Development Report. **Financing human development**.

____ United Nations Development Program. 1992: Human Development Report. **Global dimensions of human development**.

____ United Nations Development Program. 1993: Human Development Report. **People's participation**.

____ United Nations Development Program. 1994: Human Development Report. **New dimensions of human security**.

____ United Nations Development Program. 1995: Human Development Report. **Gender and human development**.

____ United Nations Development Program. 1996: Relatório do Desenvolvimento Humano. **Crescimento econômico e desenvolvimento humano**. 1996.

____ United Nations Development Program. 1997: Relatório do Desenvolvimento Humano. **Desenvolvimento humano para erradicar a pobreza**.

____ United Nations Development Program. 1998: Relatório do Desenvolvimento Humano. **Consumo e desenvolvimento humano**.

____ United Nations Development Program. 1999: Relatório do Desenvolvimento Humano. **Globalização com uma Face Humana**.

____ United Nations Development Program. 2000: Relatório do Desenvolvimento Humano. **Desenvolvimento humano e direitos humanos**.

____ United Nations Development Program. 2001: Relatório do Desenvolvimento Humano. **Colocar o avanço tecnológico a serviço do desenvolvimento humano**.

____ United Nations Development Program. 2002: Relatório do Desenvolvimento Humano. **Desenvolvimento humano e democracia**.

SEIBEL, J. E. Os indicadores sociais. In: **Cidades saudáveis: questões metodológicas acerca da sua implementação**. Anais..... p. 25-27, março, 1997.

TOLEDO, S. R. B. Indicadores: ferramentas dos governos locais na construção da cidadania. **Território e Cidadania**. Ano II, n 1, p. 2, jan / jun /2002.